

# Senador quer punição para envolvidos no caso Paiva

Janio de Freitas

## Vitória promissora

A brilhante vitória do senador Mário Covas na disputa pela liderança do PMDB na Constituinte, contra todas as pressões desencadeadas pelo Planalto e alimentadas por Ulysses Guimarães, impõe aflição derrotada ao presidente Sarney e seus intentos de amoldar a Constituinte aos projetos pessoais que acalentava. Neste sentido, o novo êxito do parlamentar mais votado do país foi, também, uma vitória preliminar da própria Constituinte.

A surpresa de que se revestiu a vitória de Covas deve-se ao trabalho de grande parte dos meios de comunicação, por inspirações de origem planaltina, para promover o outro candidato, deputado Luiz Henrique, já líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Mas o fato de Covas manter sua candidatura até o fim, contra tantas pressões, já era indicativo de que sua vasta competência política lhe indicava, no mínimo dos mínimos, condições de enfrentar o adversário até o último voto.

Político de convicções, respeitado no partido e já detentor da experiência de liderança, adquirida como ótimo líder na Câmara e por isso cassado pelo general Geisel, à testa dos constituintes do PMDB o senador Covas empobrece muito a influência de Ulysses Guimarães sobre os parlamentares constituintes, quase que a circunscrevendo ao chamado grupo ulysista.

Caso Mário Covas se saia bem no exercício da liderança, sem dúvida será elevado a figurar entre os possíveis ocupantes dos postos mais altos da República. Com 25% do

eleitorado brasileiro em São Paulo, desempenho consagrado na obra da Constituição e eleição direta à frente, a vitória de ontem pode lhe fazer o futuro.

## Razões da razão

Fernão Bracher abriu, enfim, uma via de acesso aos seus motivos para exonerar-se da presidência do Banco Central. A alegada divergência com Sarney e Fúaro, em torno da altitude estratosférica dos juros, desde logo mostrou-se inconvincente, sabendo-se que as taxas de juros são combinadas dia a dia entre o BC e a Fazenda. E os juros, depois da exoneração, sequer olharam para baixo.

A semimortuária, logo em seguida, ofereceu uma pista imediata. E correta. Bracher considerou absurdo suspender-se o pagamento dos juros externos sem qualquer plano de ação, nem proposta básica de discussão. Mas não foi tudo. A par da jogada política da semimortuária, Bracher assombrou-se com as ideias que Fúaro e seus assessores tinham, ou têm, de um pretendido Cruzado 3. Ai, concluiu que era hora de sair depressa.

Ao comunicar a João Sayad sua intenção de exonerar-se, Bracher ouviu dele: "Você não está vendo que eles não conseguem nem escrever? Quanto mais montar um plano?"

Sayad pode ter razão, mas, pelo que lhe ocorreu, talvez alguma ali saiba escrever, nos planos alheios, coisas demolidoras.

Das Sucursais,  
dos correspondentes  
e da Reportagem Local

O senador Mário Covas (SP), eleito ontem para a liderança do PMDB no Congresso constituinte, defende a necessidade de punição para as pessoas envolvidas no caso Rubens Paiva. Ele disse ontem em Brasília que, caso fique comprovada a participação dos cinco militares —apontados anteontem pelo ex-procurador-geral da Justiça Militar, Leite Chaves—, no sequestro e morte do ex-deputado, eles devem ser punidos. "Não tenho dúvidas em ficar com a manifestação do procurador", declarou.

O procurador da Justiça Militar do Rio, Paulo Cesar Siqueira Castro disse ontem que irá ouvir os cinco militares acusados pelo ex-procurador, mas afirmou que isso só vai acontecer quando o general Brum Negreiros, do Comando Militar Leste —acusado por Leite Chaves de tentar

retardar o processo dos implicados—, enviar à Justiça Militar o inquérito que apura o crime.

O senador Leite Chaves disse que chegou aos nomes divulgados a partir de uma "investigação paralela" ao IPM, "pois o presidente do inquérito, general Adriano Pinheiro da Silva, deixou que o prazo de quarenta dias para as apurações terminasse sem que fosse apresentada uma conclusão e sem que tivesse pedido prorrogação do tempo por mais vinte dias para continuar os trabalhos". Leite Chaves afirmou que, embora tenha divulgado os nomes de cinco suspeitos no desaparecimento de Rubens Paiva, não pôde pedir o indiciamento deles por uma questão técnica. Segundo Leite Chaves, os autos do IPM ainda não foram remetidos à Procuradoria Geral da Justiça Militar.

Leite Chaves tomou posse ontem no Senado (na vaga deixada pelo novo governador do Paraná, Alvaro Dias). Hoje será publicado o decreto presidencial no "Diário Oficial" da União,

nomeando o novo procurador, Eduardo Pires Gonçalves, que é irmão do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves e é procurador militar de carreira.

O ministro do Exército não vai se pronunciar sobre o assunto, segundo a informação de seu porta-voz, general Carlos Olavo Guimarães. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, declarou não estar acompanhando este caso que considera ser "um problema da Justiça". Segundo ele, a Aeronáutica não tem condições de emitir qualquer opinião sobre o fato. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, 62, disse que o assunto não está sendo tratado no âmbito de seu ministério.

Apesar das denúncias, o capitão Corbache continua fazendo o curso superior da PM até que a Justiça Militar decida o contrário. Essa é a posição do Comando Geral da corporação, transmitida ontem no Rio pelo seu porta-voz, major Lenine de Freitas. O comandante da Escola

Superior da corporação, coronel Jorge de Paula, não quis confirmar se ele compareceu às aulas ontem, mas disse que o capitão não estava autorizado a dar entrevistas.

A psicóloga e professora universitária Cecília Coimbra, 46, secretária-geral do grupo "Tortura Nunca Mais", do Rio, disse ontem, às 17h, por telefone, em Niterói, que ela e seu marido, o psicólogo José Novais, foram "pessoalmente" torturados pelo capitão Corbache, em agosto de 1970, no DOI-Codi fluminense, na rua Barão de Mesquita (Tijuca, zona norte do Rio).

O novo secretário de Polícia Civil do Rio, Marcos Heusi, disse ontem que as escavações na área onde teria sido enterrado o ex-deputado serão retomadas "em breve". Elas foram paralisadas há quatro dias, depois que Heusi extinguiu o Departamento de Investigações Especiais, órgão encarregado das investigações.

## Chaves foi 'pouco prudente', diz ex-chefe do Codi

WALTER CENEVIVA  
Da equipe de articulistas do Fêlha

## As exceções da anistia

Em agosto de 1979 os autores de crimes políticos ou conexos, cometidos a partir de 1961, foram anistiados. A lei 6.683, então publicada, estendeu a anistia a outras hipóteses, mas hoje cuida apenas do caso Rubens Paiva. Convém esclarecer que delitos conexos, para os efeitos da lei, foram os delitos de qualquer natureza, relacionados com os crimes políticos ou praticados por motivos políticos.

A anistia tendeu a ser ampla e irrestrita, o que explica a amplitude do texto legal. Contudo, foi aberta uma exceção muito clara: o benefício foi negado aos condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Na interpretação do parágrafo 2º do art. 1º da lei 6.683 (que é o dispositivo no qual vem enunciada a exceção) o técnico e o cidadão entram em choque. O cidadão entende que todo delito praticado por agente do Estado —e, portanto, amparado pelo imenso e disforme aparelho repressivo oficial— deve ser punido. Sem anistia de qualquer espécie. O técnico que lê a lei deve, por outro lado, dizer que a interpretação favorece os que mataram Paiva.

A mencionada lei foi publicada em 28 de agosto de 1979. O parágrafo 2º, ao qual fiz menção, começava dizendo "excetuam-se dos benefícios da

anistia os que foram condenados...

O verbo, portanto, é usado no passado, em relação à data da publicação da lei. A locução verbal "foram condenados" alude a um fato passado e pressupõe que a condenação tivesse transitado em julgado na data da lei. Ou seja, que todos os recursos houvessem sido opostos contra ela e nenhum outro existisse para ser oferecido. Se a lei excluísse da anistia os que houvessem cometido crimes, independentemente de terem sido condenados ou não, os assassinos de Rubens Paiva poderiam ser condenados. Contudo, nos termos em que o texto legal está redigido, essa conclusão, lamentavelmente, não é possível. Só não foram atingidos pela anistia os que, em agosto de 79, estavam condenados.

Minha conclusão, porém, é meramente doutrinária. O fato concreto é que os acusados estão denunciados pela autoridade competente. Vale dizer que o processo contra eles começou. Terão de se defender. Discutirão aspectos de fato e de direito. Poderão, eventualmente, impetrar habeas corpus. Caso contrário, o processo será regularmente instruído, no Rio, até o final do processamento. Serão interpostos os recursos regulares, após o julgamento em primeiro grau. O caso poderá chegar ao Superior Tribunal Militar e, embora com muitos obstáculos pela frente, até o Supremo Tribunal Federal. Mas, para isto, muitos anos se passarão.

## Acusados estão nos arquivos da Cúria de SP

Da Reportagem Local

Os nomes dos cinco militares apontados anteontem, pelo ex-procurador da Justiça Militar Francisco Leite Chaves, como responsáveis pelo sequestro, tortura e morte do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971, constam dos arquivos do Projeto "Brasil: Nunca Mais" da Cúria Metropolitana de São Paulo —que levanta, há oito anos, dados sobre a repressão política ocorrida durante o regime instalado pelo movimento militar de março de 1964. A informação foi prestada ontem, às 15h, pelo pastor presbiteriano Jaime Wright, um dos coordenadores da pesquisa.

Em 1969, o coronel do Exército Ronaldo José da Mota Batista Leão foi denunciado como torturador por presos políticos, na Justiça Militar do Rio, e está incluído em quatro itens do levantamento do "Brasil: Nunca Mais": nas listas alfabéticas de pessoas que participaram de diligências e investigações contra acusados de crimes políticos; na lista dos militares que atuaram como escrivas em IPMs (Inquéritos Policiais-Militares) em 1968, quando Batista Leão era capitão; na lista alfabética dos membros de órgãos de repressão, como integrante do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do Exército, e no quadro de executantes diretos de torturas a presos políticos. De acordo com as investigações do "Brasil: Nunca Mais", a primeira participação de Batista Leão em atividades de repressão política ocorreu em 1964, no Rio, quando era primeiro-tenente e integrou, logo após a queda do governo João Goulart, um grupo de diligências que procurava acusados de "subversão".

Já o capitão do Exército João Gomes Carneiro consta das listas do "Brasil: Nunca Mais" como "um dos mais notórios torturadores no período da repressão política". Foi denunciado por dezesseis presos políticos em Belo Horizonte (onde atuava no 12º Regimento de Infantaria do Exército) e no Rio de Janeiro. Sob acusação de prática de torturas, seu nome consta de nove processos na Justiça Militar fluminense. Quanto ao subtenente do Exército Ardisse Barbosa Torres, está relacionado como torturador desde 1969, quando era sargento e servia no PIC, no Rio.

O "Brasil: Nunca Mais" inclui o nome do sargento Eduardo Ribeiro Nunes entre os militares do PIC de Brasília acusados de prática de torturas, em processo de 1971. O capitão da Polícia Militar do Rio Rescala Corbache está incluído nos arquivos da Cúria, como "membro de órgãos de repressão" quando era primeiro-tenente da PM carioca.

Os dados sobre os cinco militares constam dos doze novos volumes do Projeto "Brasil: Nunca Mais", em fase final de impressão, por encomenda da Cúria Metropolitana, e complementam o livro "Brasil: Nunca Mais", publicado em 1985. No próximo mês, esses novos volumes —em trinta coleções, totalizando sete mil páginas— serão colocados à disposição de entidades de defesa dos direitos humanos do Brasil.

## Sarney quer ampliar influência junto a deputados e senadores

MÁRCIO CHAER  
Repórter do Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney lançou uma ofensiva com o objetivo de ampliar sua influência junto aos deputados e senadores que integram o Congresso constituinte. A estratégia —que se baseia em contatos diretos e frequentes entre os constituintes e pessoas da confiança do presidente, designados diretamente por ele para esta tarefa— nasceu da dificuldade que o Planalto enfrentou, há três semanas, para impedir que o Congresso constituinte incluisse em seu regimento um item que permitia alterar a atual Constituição e definir

Rezende, que os convidou sem pauta determinada para conversar. O ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Presidência, por sua vez, recebeu toda a bancada de seu Estado, o Rio de Janeiro, também sem assunto pré-estabelecido.

A preocupação do Planalto soma-se à insegurança de cada ministro diante da iminência da reforma ministerial. Hoje, por exemplo, o ex-ministro João Sayad, que já havia convidado, individualmente, para audiências, o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) e o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), receberia o grupo de doze deputados economistas do PMDB, para discutir

a duração do mandato de Sarney.

O presidente nomeou como "proselitistas oficiais", como ele próprio designou, os ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil, Paulo Brossard, da Justiça, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos. A faixa dos constituintes mais visada é a peemedebista. Amanhã, o presidente promoverá uma recepção no Palácio do Planalto, para a qual foram convidados todos os constituintes do PMDB e suas mulheres.

O consultor Saulo Ramos passou toda a última terça-feira recebendo parlamentares, Marco Maciel fez o mesmo. Paulo Brossard cancelou uma programação de viagens para ficar em Brasília e atender o pedido do presidente. Sarney, que dedica todo o expediente das quintas-feiras para receber parlamentares, agora já está abrindo vagas, em sua agenda, em outros dias da semana para conversar com deputados e senadores.

Também os demais ministros, por conta própria, estão se envolvendo na "operação proselitismo". Os deputados evangélicos —34 ao todo— encontraram-se ontem pela segunda vez com o ministro da Agricultura, Iris

## Vizinhos em SP pouco sabem de Gomes Carneiro

Da Reportagem Local

O capitão da reserva do Exército João Câmara Gomes Carneiro, um dos cinco militares apontados pelo procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves, como os responsáveis pelo sequestro, tortura e morte do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971, não é um personagem muito conhecido pelos seus vizinhos do Edifício Solar do Estoril, no número 2.840 da rua Voluntários da Pátria, em Santana, bairro da zona norte de São Paulo.

Procurado pela reportagem da Folha das 16h30 às 19h00, o capitão não foi encontrado em sua residência. No início da noite, havia luz na janela da sala de seu apartamento, que se apagaria em seguida. Ninguém atendia a campainha ou o interfone.

## Poucos dados

Os poucos moradores que já tinham tido algum contato com ele não sabiam detalhes de sua vida particular e profissional. Um dos moradores tinha alguns dados: Gomes Carneiro seria desquitado, vive com sua segunda mulher, e tem dois filhos —Maércio, de cerca de quatro anos, e "Mahu", de catorze anos, que mora no Rio de Janeiro com a primeira mulher do capitão e está visitando o pai em São Paulo.

Na portaria do edifício, um prédio de dezesseis andares com piscina e "play-ground", o empregado dizia que começara seu turno às 14h, e o morador do apartamento 3-C, no terceiro andar, já não estava em casa. Comentando o movimento de repórteres que estavam procurando o capitão, ele afirmou não saber seu paradeiro. Três ou quatro moradores demonstraram surpresa em saber das acusações que pesam sobre o seu vizinho, mas pouco informaram sobre seu dia-a-dia.

## Reclamações

O dentista aposentado Benício Antonio Berardo, 63, ex-síndico do condomínio, disse que já foi procurado por alguns moradores que reclamaram do ocupante do apartamento 3-C. "O pessoal fica com medo do cachorro, um grandão, que ele tem no apartamento", disse Berardo, que descreve o capitão como "tipo forte, alto, claro, alourado e com a barba rala, meio ruiva". Outra reclamação, continua o ex-síndico, é "das senhoras do prédio, que acham seu comportamento grosseiro, sem civilidade. Ele não cumprimenta ninguém, sempre com cara de poucos amigos".

O dentista, morador do apartamento 15-D, pensava em se oferecer novamente para ser o síndico, mas disse que mudou de ideia ao se deparar com as queixas contra o vizinho do terceiro andar. "Não quero ser síndico de novo, na situação".

## Lobo 'estranha' exclusão de tenente da lista de acusados

Da Sucursal do Rio

O ex-tenente médico do Exército, Amílcar Lobo, 47, que afirmou em agosto de 1986 ter visto o ex-deputado Rubens Paiva agonizando, em janeiro de 1971, numa cela do 1º Batalhão da Polícia do Exército (BPE), na Tijuca (zona norte), disse ter estranhado que o ex-procurador-geral da Justiça Militar, senador Leite Chaves, ao acusar anteontem cinco militares pela morte de Paiva, não tenha citado entre os acusados o tenente-coronel Avólio, que integrava o Pelotão de Investigações Criminais

(PIC), onde estavam as celas de presos políticos.

"Avólio era subordinado ao capitão Ronaldo José da Mota Batista Leão, um dos acusados agora, e era quem comandava o PIC, diretamente ligado a Leão", afirmou. Segundo Lobo, "é estranho que alguém diretamente ligado ao PIC não tenha sido chamado para depor nem no inquérito da Polícia Federal, em que eu o citei como torturador, nem no IPM pedido pela Justiça Militar. Eu atribuo isso ao fato de o hoje tenente-coronel Avólio ser o único militar do grupo que permanece na ativa".

## Frota exonerou Rescala pela prática de tortura

Da Reportagem Local

Foi o general Sylvio Frota que, no comando do então 1º Exército (hoje Comando Militar do Leste) decidiu, numa manhã do segundo semestre de 1972, pela exoneração do então capitão PM Rescala Corbache do DOI-Codi, onde ele participava dos interrogatórios dos presos políticos. Corbache é um dos cinco militares que o senador paranaense Leite Chaves, ainda na condição de procurador-geral da Justiça Militar acusou, anteontem, de envolvimento na morte do ex-deputado Rubens Paiva.

Frota tomou esta decisão depois de, no caminho de sua casa (no bairro do Grajaú, zona norte do Rio) para seu gabinete, no centro da cidade, ter feito uma inspeção de surpresa no quartel da Polícia do Exército (na rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca, também na zona norte), e ter encontrado um preso espancado, com o rosto seriamente machucado. O general soube que a surra tinha sido aplicada pelo capitão Corbache e por um oficial do Exército,

que o general Frota puniu com 30 dias de prisão e, pouco depois, transferiu para uma unidade do antigo 4º Exército, em Recife (PE).

## Reação normal

Corbache, hoje major, foi companheiro, no DOI-Codi, do coronel Ronaldo José da Mota Batista Leão e do capitão João Câmara Gomes Carneiro —ambos do Exército e descritos como "oficiais valentes e eficientes", pelo então chefe do Codi, coronel Adyr Fúza de Castro (agora general, mas na reserva). Fúza de Castro não considerava que um tapa ou um soco, aplicado na pessoa interrogada, devesse ser considerado como tortura. Ele argumentava que, muitas vezes, durante estes interrogatórios, os prisioneiros ofendiam aqueles que lhes faziam perguntas, e que uma agressão isolada poderia ser considerada como reação normal à ofensa. Por isso, quando o general Sylvio Frota chegou em seu gabinete, aquela manhã de 1972, Fúza ainda tentou que ele anulasse a punição contra o oficial denunciado junto com Corbache, mas foi em vão.

## Porta-voz atribui ao SNI "scramble" no Planalto

Da Sucursal de Brasília

Foi o próprio Serviço Nacional de Informações (SNI) que adaptou ao aparelho telefônico usado pelo presidente José Sarney um "scramble" (misturador de vozes), para impedir que suas conversas sejam gravadas por espies. A afirmação foi feita ontem pelo porta-voz da Presidência da República, jornalista Frota Neto, que negou a existência de espionagem eletrônica no Palácio do Planalto.

Segundo o secretário de Imprensa, o SNI instalou o misturador para evitar o risco de "vazamento" das conversas do presidente. "A escuta telefônica é possível tecnicamente. Basta ver os anúncios de detetives particulares para se verificar isso. Diante do risco de escuta por particu-

lares, além de linhas cruzadas, o próprio SNI tomou a precaução de instalar o aparelho em algumas de suas linhas e na do presidente Sarney", afirmou o porta-voz.

Frota Neto disse que o uso do aparelho pelo presidente Sarney nada tem a ver com espionagem eletrônica. Segundo disse, o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, "tem dito reiteradas vezes que o 'serviço' não faz escuta telefônica. Todos podem ficar tranquilos que o SNI não está fazendo escuta", acrescentou.

Considerando "pueril" a hipótese de espionagem das conversas do presidente pelo SNI, Frota Neto invocou novamente declarações do general Ivan Mendes, de que pedira exoneração do cargo no dia em que perder a confiança do presidente.

## TVs e rádios terão programa diário sobre Constituinte

Da Sucursal de Brasília

A partir da próxima semana todas as emissoras de rádio e televisão do país passarão a veicular dois programas diários, de cinco minutos cada um, a respeito dos debates do Congresso constituinte.

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), já fez os acertos finais com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para a mobilização de uma equipe técnica e a instalação de equipamentos de gera-

ção de imagens e som nas dependências do Congresso.

A Assessoria de Divulgação da Constituinte, formada pelos serviços de Divulgação da Câmara e do Senado, ficará encarregada de produzir os textos sobre o trabalho constituinte, cabendo à Radiobrás e à Empresa Brasileira de Notícias (EBN) a gravação e transmissão do material para as emissoras. Cada uma terá a liberdade de colocar o programa no ar entre 7h e 9h da manhã e entre 12h e 14h, sem a necessidade de transmissão em cadeia nacional.

Criança também tem vez.



Folha  
TODOS DOMINOS  
FOLHA DE S. PAULO  
Um jornal para todos

**SURDEZ**  
VOCÊ NÃO ESCUTA DIREITO?  
PODE CORRIGIR, SABIA?

**APARELHOS AUDITIVOS**

**viennalone**  
AJUDAM A V. OUVIR E ENTENDER AS PALAVRAS  
Vale-se na fidelidade de seu ouvido. Ou chame-nos para um minutinho teste SEM NENHUM COMPROMISSO.

Viennalone Viennalone Viennalone

Chame-nos: 37-9191 - 37-9192  
SAO PAULO: Cont. Crispiano 139-10.0  
PINHEIRO: R. Teodoro Sampaio 2550  
Gr. 114  
HERNANDES S.A. viennalone

**G. ARONSON**  
VENDE TUDO  
SEMPRE MAIS  
BARATO

**Springer**

Todas as capacidades

**3 VEZES SEM JUROS**

PREÇOS DE AUTO ATACADO  
PRONTA ENTREGA

**G. ARONSON**  
O INÍMIGO Nº 1 DOS PREÇOS ALTOS  
R. Conselheiro Crispiano, 44 e filiais